Contratos de infraestrutura e a razão pública do consenso

Opinião Jurídica

Bruno Dantas

o Brasil, a trajetória de grandes projetos de infraestrutura sempre esbarrou em um dilema persistente: como conciliar a rigidez dos contratos públicos de longo prazo com a imprevisibilidade do ambiente econômico e regulatório?

Concessões de rodovias, ferrovias, saneamento básico e energia elétrica, firmadas para vigorar por décadas, inevitavelmente enfrentam choques externos, mudanças tecnológicas, revisões regulatórias e, mais recentemente, impactos climáticos. Não há contrato que sobreviva incólume a tanto.

A teoria dos contratos incompletos, laureada com o Nobel de Economia em 2016, mostra que toda pactuação de longo prazo carrega lacunas inevitáveis. Tais lacunas só podem ser preenchidas por mecanismos adaptativos. O ordenamento brasileiro reconheceu isso: o art. 9º da Lei nº 8.987/1995 consagra o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, e a Lei nº 11.079/2004 estabelece a repartição de riscos como eixo da governança contratual.

O desafio, porém, está em como introduzir essas adaptações com técnica e celeridade, sem abrir espaço para captura ou favorecimento indevido. Durante anos, a ausência de canais institucionais claros transformou cada revisão em

uma disputa judicial ou em longos processos administrativos. O resultado foi a paralisia de obras, o aumento de custos e a deterioração de serviços essenciais.

Em tempos de criminalização da atividade pública, o problema se agravou. Gestores e reguladores passaram a agir de forma defensiva. Qualquer ajuste contratual podia ser interpretado como irregularidade. Soluções criativas foram evitadas, mesmo quando tecnicamente necessárias e o "apagão das canetas" virou regra de norte a sul do país.

A criação da SecexConsenso e das Comissões de Solução Consensual no Tribunal de Contas da União (TCU) representou uma resposta a esse impasse. O TCU deixou de atuar apenas como julgador a posteriori para assumir também o papel de mediador em renegociações complexas.

Essa evolução não é acidental. A Constituição atribui ao TCU funções singulares: apreciar previamente a modelagem de concessões e PPPs (art. 71, IV) e fiscalizar sua execução (art. 71, II). O mesmo órgão que chancela a racionalidade jurídica e econômica inicial é também aquele mais apto a acompanhar, com legitimidade, os ajustes de percurso.

A governança da SecexConsenso foi desenhada para blindar a integridade do processo.

As comissões contam com dois auditores: um da SecexConsenso, especializado em mediação, e outro da unidade técnica responsável pelo setor regulado. O parecer do Ministério Público é obrigatório. Nenhum termo de solução consensual avança sem aprovação expressa da agência reguladora, do ministério setorial, da AGU e de ao menos uma unidade técnica do TCU.

Por fim, o Plenário homologa o acordo, conferindo-lhe legalidade, legitimidade e economicidade. Essa homologação vincula a Corte a não abrir novos processos sobre o mesmo objeto, salvo se houver prova de dolo ou fraude.

Ao observar experiências internacionais, a especificidade brasileira fica mais nítida, mas não isolada.

Na França, o Conseil d'État exerce função consultiva e de chancela prévia das modelagens jurídicas e econômicas, além de atuar na mediação de controvérsias. A Cour des Comptes, por sua vez, limita-se ao controle ex post.

Essa separação confirma a racionalidade do arranjo brasileiro: o órgão que avalia imparcialmente a modelagem é também o mais apto a conduzir soluções consensuais.

Já em países em que os tribunais de contas atuam apenas ex post, é inaplicável buscar experiência semelhante. Esses órgãos não chancelam

modelagens, limitando-se a apurar responsabilidades após a execução.

O legislador brasileiro fez opção distinta ao atribuir ao TCU papel consultivo prévio. Essa escolha abriu espaço para que a mediação também fosse confiada à Corte.

O contraste é revelador. Em sistemas restritos ao ex post, os controladores atuam quando o dano já ocorreu. No Brasil, o modelo permite antecipar riscos e reduzir incertezas antes que se convertam em litígios custosos.

Essa antecipação fortalece o controle. O TCU, ao identificar previamente as premissas de um acordo, assegura que eventuais recomposições contratuais tenham base técnica e econômica consistente.

Os efeitos são diretos sobre a economia. Renegociações previsíveis reduzem custos de transação, diminuem o risco regulatório e barateiam o custo de capital. Investidores sabem que haverá instância institucionalizada para dirimir disputas, e não arenas fragmentadas sujeitas a ciclos políticos.

Para o Estado, o ganho é duplo. Preserva-se o interesse público com maior rigor e evitam-se paralisias de projetos estratégicos. Para a sociedade, há garantia de que ajustes complexos não serão conduzidos por órgãos frágeis, expostos à insegurança jurídica.

Mais do que eficiência, há

aqui um ganho democrático. Cada renegociação passa por múltiplos olhares — técnicos, jurídicos e econômicos assegurando que a decisão final não seja produto de vontade isolada, mas fruto de deliberação colegiada.

É nesse sentido que se concretiza a ideia de "razão pública", formulada por John Rawls: consensos legítimos nascem quando instituições traduzem conflitos em procedimentos transparentes de deliberação.

O Brasil oferece, assim, contribuição singular ao debate internacional. Ao reconhecer o conflito como inevitável, não o nega, mas o reinscreve em uma moldura institucional capaz de gerar previsibilidade e confiança.

Ao inovar com a consensualidade, o TCU não fragiliza o controle. Eleva-o a um novo patamar, no qual a confiança se torna o ativo mais valioso da infraestrutura e, o controle externo, um vetor de desenvolvimento econômico.

Bruno Dantas é ministro e ex-presidente do Tribunal de Contas da União, professor do Doutorado e do Mestrado em Direito da Regulação da FGV-Direito Rio e hauser senior global fellow from practice and government da NYU School of Law

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

AVISO DE LICITAÇÕES

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura das seguintes licitações

SEI: 387.00003835/2025-63 - PG 10.50.038 - Licitação nº 038/2025 - Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia para conclusão e reforma do Complexo Vila Olímpica Mário Covas e demais serviços, no município de São Paulo/SP. O edital completo estará disponível para download no site www.cdhu.sp.gov.br a partir das 00h00min do dia 26/08/2025 – Esclarecimentos até 09/09/2025 – Abertura: 16/09/2025 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, Edifício CIDADE I - 1º andar bloco 05 - Sala de Licitações, Centro, São Paulo/SP.

SEI: 387.00003851/2025-56 - PG 10.50.039 - Licitação nº 039/2025 - Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia para conclusão do empreendimento composto de 28 unidades habitacionais e demais serviços, denominado Mogi Guaçu "Q" – Vida Longa, no município de Mogi Guaçu/SP. O edital completo estará disponível para download no site <u>www.cdhu.sp.gov.br</u> a partir das 00h00min do dia 26/08/2025 – Esclarecimentos até 10/09/2025 - Abertura: 17/09/2025 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, Edifício CIDADE I - 1º andar oco 05 – Sala de Licitações, Centro, São Paulo/SP

CDHU

Secretaria de SÃO PAULO Desenvolvimento Urbano e Habitação



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025/DETRAN/MT

OBJETO: Aquisição de climatizadores de ar tipo evaporativos ABERTURA DAS PROPOSTAS: 05/09/2025 ÀS 08h30 (horário local)

RETIRADA DO EDITAL: http://www.seplag.mt.gov.br/ - link: Portal de Aquisições: https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/ ou no Portal de Transparência do Detran - https://www.detran.mt.gov.br//web/detran-transparencia/pregao.

INFORMAÇÕES: (0**65)3615-4757/4791 ou no endereço Av. Paiaguás, nº 1000, Res. Paiaguás Cuiabá-MT, ou via e-mail: licitacoes@detran.mt.gov.br

> CAROLINA FIGUEIRA BALBINO DORILEO SILVEIRA Agente de Contratação/Pregoeira
> DETRAN/MT

Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A.

CNPJ nº 42.074.758/0001-14 - NIRE 35.300.569.440 Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária

realizadas cumulativamente em 23.4.2025 Data, Hora, Local: Em 23 4 2025, às 10h30, na sede social Avenida Alphaville, 779, 17º anda sala 1.701-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. *Mesa:* Pres Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. Quórum de Instalação: Totalidade do Capital Social. *Presença Legal:* Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. Edital de Convocação: Dispensada a publicação de conformidad com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. *Publicações Prévias*: Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2024, foram publicados em 31.3.2025 no jornal "Valor Econômico". *Disponibilização de* Documentos: Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas da Diretoria bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação da acionista. *Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:* Aprovaram a alteração parcial do estatuto social, no "caput" do artigo 7º, reduzindo de 4 (quatro) para 3 (três) o número mínimo de membros da Diretoria, eliminando o cargo de Diretor Geral, com a consequente alteração das redações do parágrafo segundo do artigo 8º e do artigo 10, proposta pela Diretoria na reunião daquele Órgão, desta data, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em consequência, as redações dos mencionados dispositivos passan a ser as seguintes: "Artigo 7º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos novos Diretores eleitos, composta de 3 (três) a 8 (oito) membros, distribuídos nos cargos de Diretor-Presidente. Diretor Gerente e Diretor. Artigo 8º) - **Parágrafo Segundo** - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente ou Diretor Gerente. Artigo 10) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) ao Diretor-Presidente as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros; b) aos Diretores Gerentes, desempenhar as funções que lhes forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente c) aos Diretores, colaborar com os demais membros da Diretoria no desempenho de suas funções supervisionar e coordenar as áreas que lhe ficarem afetas.". **Assembleia Geral Ordinária** tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2024; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2024 no valor de R\$99.589.209,66 (noventa e nove milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e nove reais e sessenta e seis centavos) proposta pela Diretoria na Reunião daquele Órgão desta data, dispensada sua transcrição, po tratar-se de documento lavrado em livro próprio, conforme segue: R\$4.979.460,48 (quatro milhões novecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$93.109.749,18 (noventa e três milhões, cento e nove mil. setecentos e guarenta e nove reais e dezoito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para pagamento de dividendos, os quais foram declarados e pagos em 27.12.2024; 3) elegeram, para compor a Diretoria da Sociedade, para o cargo de Diretora *Thais Jorge de Oliveira e Silva*, brasileira divorciada, médica, RG 1.354.562-ES/SSP-ES, CPF 074.060.777/42, com endereço profissiona na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675, a qual 1) firmou declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade; 2) terá mandato coincidente com o dos demais diretores, estendendo-se até a posse dos novos diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026. Em consequência, a Diretoria da Sociedade fica assim composta: *Diretor-Presidente.*Carlos Alberto Iwata Marinelli, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 23.995.501-8/ SSP-SP, CPF 250.792.408/06, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, CEP 06472-900; *Diretor Gerente: Flávio Bitter*, brasileiro casado, engenheiro, RG 10.591,790-0/IFP-RJ, CPF 044,453,707/46, com endereco profissional na venida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; *Diretores* Vinicius Marinho da Cruz, brasileiro, casado, securitário, RG 50.942.449-1/SSP-SP, CPF Vinicus marinno da Cruz, brasileiro, dasado, securitario, RG 50.942.449-17557-57, CPT 074.063.487/97, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, CEP 06472-900; e Thais Jorge de Oliveira e Silva, brasileira, divorciada, médica, RG 1.354.562-ES/SSP-ES, CPF 074.060.777/42, com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675. Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerror os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP252419/O-0, Fernando Antonio Rodrigues Alfredo, será encaminhada para que assinem eletronicamente aa) Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz; Administrador. Vinicius Marinho da Cruz; Acionista: Bradesco Gestão de Saúde S.A., representada por seus diretores, Ivan Luiz Gontijo Junior e Rodrigo Bacellar Wuerkert; Auditor: Fernando Antonio Rodrigues Alfredo. *Declaração:* Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas a) Diretor-Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 264.276/25-5, em 29.7.2025. a) Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício

BRASILPREV

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF 27.665.207/0001-31 - NIRE n° 3530013990-9 Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração

Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração

Extrato da 465° Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 05/09/2024 Em 05/09/2024, às 17h, na Sede da Brasilprev, em SP/SP. Presença: A reunião foi realizada de forma virtual e os membros do Conselho de Administração proferiram seus votos por meio eletrônico, confinem previsto no art. 18, §3°, do Regimento Interno do Conselho, sob a presidência do Sr. Pablo Enrique Sprenger Rochette, que convidou a mim, Luiz Guilherme B. de Matos, como Secretário do Conselho. Deliberações: Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unaminidade e sem quaisquer ressalvas: 1. Eleição do Diretor de Tecnologia, Sr. Roger Joaquín Rendón Garza: Em função da destituição do Sr. Carlos Manuel de Oliveira Madureira do cargo de Diretor de Tecnologia, realizada em 01/08/2024, o Conselho de Administração elegeu nesta data, como Diretor de Tecnologia, Sr. Roger Joaquín Rendón Garza, RNE nº V712083-R CGPI/DIREX/DPF e CPF nº 234.393.738-94, com mandato até 28/03/2027. 1.2. Designação de Diretores, em Cumprimento ao Art. 49 da Resolução CNSP 422/2021 e à Circular Susep nº 700/2024, Art. 54: Ficam designados como responsáveis para efeitos da legislação vigente, os seguintes Diretores: 1) Sra. Fernanda Faulstich e Silva, Diretora Financeira, como: (i) Relações com a SUSEP nº 234/2003; e) Sr. Daniel de Oliveira Beneton, Diretor de Planejamento e Controle, como: (i) Responsável Técnico - Circular SUSEP nº 234/2003; e) (ii) Administrativo Financeiro, conforme Circular SUSEP nº 382/2021; (ii) Responsável Contabilidade - Resolução CNSP 432/2021; (ii) Responsável Delo Registro de Operações de Seguros (SRO) - Resolução CNSP nº 383/2020. 4) Sr. Roger Joaquín Rendón Garza, Diretor de Percologia, como: (i) Responsável pelo Pon Insurance - Resolução CNSP nº 435/2021; 5) Sr. Ronaldo Simon Ferreira, Diretor de Controles Internos, como: (i) Responsável pelo Cumprimento da Lei 9.613/1998 ("Lavagem de Dinheiro) - Circular SUSEP nº 234/2003; e (ii) Responsável pelo Sistem

NIRE 35.300.158.938, com sede na Avenida Alphaville, 779, 17º andar, parte, Sala 1701, Sítio Tamboré

Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A.

CNPJ nº 42.074.758/0001-14 - NIRE 35.300.569.440

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25.6.2025

Data, Hora, Local: Em 25.6.2025, às 10h30, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 17º andar sala 1.701-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. Mesa: Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. *Quórum de Instalação:* Totalidade do Capital Social. *Edital de Convocação:* Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. *Deliberação:* Aprovaram a alteração parcial do Estatuto Social no Artigo 3º, em razão da alteração do endereço da sede da Sociedade da Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701 - parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, São Paulo, SP, CEP 06472-900 para Avenida Paulista, 1.450, 10º andar, Torre Paulista, Anexo Secretaria Geral, Parte, Bela Vista Estado de São Paulo, CEP 01310-917, proposta pela Diretoria na reunião daquele Órgão de 5.6.2025, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em consequência, a redação do mencionado dispositivo passa ser a seguinte: "Artigo 3º) A Sociedade tem sede na Avenida Paulista, 1.450, 10º andar, Torre Paulista, Anexo Secretaria Geral, Parte, Bela Vista, Estado de São Paulo, SP, CEP 01310-917, e foro no mesmo Município.". *Encerramento* Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes e será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz; Acionista: Bradesco Gestão de Saúde S.A., representada por seus diretores Carlos Alberto Iwata Marinelli e Flávio Bitter. Declaração: Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Diretor-Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 255.612/25-4, em 24.7.2025. a) Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício

Bradescor Corretora de Seguros Ltda.

CNPJ nº 43.338.235/0001-09 - NIRE 35.209.192.053

Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social - 51ª Alteração - 30.4.2025

Alphaville, Barueri, SP, CEP 06472-020, representada, neste ato, por seus diretores, Vinicius Marinho Ad Cruz, brasileiro, casado, securitário, RG 50.942.449-1/SSP-SP, CPF 074.063.487-97 e José
Roberto Borges Pacheco, brasileiro, casado, economista, RG 52.694.103-0/SSP-SP, CPF 239.571.311-20, ambos com endereco profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, única sócia-cotista representando a totalidade do capital social da Bradescor Corretora de Seguros Ltda., com sede no Núcleo Cidade de Deus Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 43.338.235/0001-09, NIRE 35.209.192.053, deliberou: 1) aumentar o capital social no valor de R\$6.914.867,00 (seis milhões, novecentos e catorze mil, oitocentos e sessenta e sete reais), elevando-o de R\$31.785.133,00 (trinta e um milhões entos e oitenta e cinco mil, cento e trinta e três reais) para R\$38.700.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos mil reais), mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros Reserva Legal", com a criação de 6.914.867 (seis milhões, novecentas e catorze mil, oitocentas e sessenta e sete) cotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, atribuídas, à única sócia-cotista Bradseg Participações S.A.; 2) alterar, em consequência do item "1", a redação do "caput" da cláusula quarta do Contrato Social que passa a ser a seguinte: "Cláusula Quarta - O capital social é de R\$38.700.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos mil reais), dividido em 38.700.000 (trinta e oito milhões e setecentas mil) cotas, com valor nominal de R\$1.00 (um real) cada uma, totaln subscrito e integralizado em moeda corrente nacional pela sócia-cotista Bradseg Participações S.A. 3) transformar o tipo societário, de sociedade empresária limitada em sociedade anônima, observada: as disposições em vígor e as condições a seguir: a) a denominação social passa de Bradescoi Corretora de Seguros Ltda. para *Bradescor Corretora de Seguros S.A.*; b) mudança do endereço da sede da Sociedade de Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900 para Avenida Alphaville, 779, 17º andar, parte, Sala 1701, Sítio Tamboré Alphaville, Barueri, SP, CEP 06472-020; c) reformular o objeto social que passará a ser: "Artigo 5º) A Sociedade tem por objetivo a realização de atividades de corretagem de seguros, administração e realização de negócios relacionados a seguros, previdência, capitalização e saúde, bem como assessoria e consultoria relacionada com a promoção de seguros e parcerias com outras entidades; d) as atuais 38.700.000 (trinta e oito milhões e setecentas mil) cotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, representativas do capita social de R\$38.700.000.00 (trinta e oito milhões e setecentos mil reais), serão transformadas em 38.700.000 (trinta e oito milhões e setecentas mil) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, todas atribuídas à única acionista Bradseg Participações S.A.; e) a Sociedade manterá a mesma escrituração comercial e fiscal; e f) será administrada por uma Diretoria, composta de 2 (dois) a 5 (cinco) membros, distribuídos nos cargos de Diretor-Presidente e Diretor, todos com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos."; 4) escolher, de conformidade com o disposto no "caput" do Artigo 289, da Lei nº 6.404/76, o jornal Valor Econômico para a Sociedade efetuar as publicações ordenadas pela referida lei; 5) aprovar, consolidar e transcrever, na íntegra, o Estatuto Social pelo qual a Sociedade passa a reger-se, considerando a deliberação tomada no item "3": "Bradescor Corretora de Seguros S.A. - Estatuto Social - Título I - Da Organização, Duração e Sede - Artigo 1º) A Bradescor Corretora de Seguros S.A., doravante chamada Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto. Artigo 2º) O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. Artigo 3º) A Sociedade tem sede na Avenida Alphaville, 779, 17º andar, parte, Sala 1.701, Sítio Tamboré Alphaville, Barueri, SP, CEP 06472-020, e foro no mesmo Município. Artigo 4º) Poderá a Sociedade instalar ou extinguir filiais escritórios e dependências em qualquer parte do território nacional, a critério da Diretoria, observados os preceitos legais. **Título II - Dos Objetivos Sociais** - Artigo 5º) A Sociedade tem por objetivo a realização de corretagem de seguros dos ramos elementares, vida, capitalização e planos previdenciários, obedecidas a legislação em vigor e as normas e instruções baixadas pelas autoridades competentes. Parágrafo Único - Poderá a Sociedade, ainda, participar como sócia ou acionista de outras sociedades, exceto em companhias seguradoras. Título III - Do Capital Social - Artigo 6º) O capital social é de R\$38.700.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos mil reais), dividido em 38.700.000 (trinta e oito milhões e setecentas mil) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valo nominal. **Parágrafo Primeiro** - Nos aumentos de capital, será realizada no ato da subscrição a parcela mínima exigida em lei e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais. **Parágrafo Segundo** - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, no Banco Bradesco S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações. **Título IV - Da Administração -** Artigo 7º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, composta de 2 (dois) a 5 (cinco) membros, distribuídos nos cargos de Diretor-Presidente e Diretor. **Parágrafo Primeiro** - Não obstante o disposto no "caput" deste Artigo, os membros da Diretoria exercerão seus mandatos até a data em que completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade. Artigo 8º) A Sociedade manterá um Departamento Técnico, sob a coordenação e responsabilidade de um corretor de seguros devidamente habilitado e registrado na SUSEP - Superintendência de Seguros Prívados. Artigo 9º) À Diretoria compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo, ainda, transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e oneral bens, observando o disposto no parágrafo primeiro deste artigo. **Parágrafo Primeiro** - A aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo não circulante e de participações societárias de caráter não permanente, observados quanto a estas os preceitos legais, e a concessão de garantias reais ou pessoais a obrigações de terceiros, serão deliberadas em reunião da Diretoria, observando, porém, a presença e os votos favoráveis de todos os diretores em exercício, sendo obrigatória a presença de quem estiver no exercício do cargo de Diretor-Presidente. Parágrafo Segundo - A Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente. **Parágrafo Terceiro** - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo. A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos: a) mandatos com cláusula "ad judicia", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida; b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais; c) participação em leilões e licitações públicos e privados; d) em

Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada; e) perante órgãos repartições e instituições públicos ou privados, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade; f) em depoimentos judiciais; g) perante as entidades certificadoras para obtenção de certificados digitais. **Parágrafo Quarto** - Os procuradores, para tratar de assuntos relativos à corretagem de seguros deverão ser, obrigatoriamente, corretores de eguros todos os ramos, habilitados e registrados na SUSEP - Superintendência de Seguros Privados Artigo 10) Compete à Diretoria, reunida e deliberando de conformidade com o presente estatuto a) deliberar sobre as condições das operações ativas e passivas; b) estabelecer o limite de endividamento da Sociedade; c) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade de modo a preservar o bom nome da Sociedade; d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade e) limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral, realizar a distribuição da verba de remuneração aos Administradores; f) autorizar a concessão de gualquer modalidade de doação contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário; g) aprovar a aplicação de recursos priundos de incentivos fiscais; h) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação, ou desdobramento de suas ações, operações de usão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade. Artigo 11) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar ação dos seus membros; b) aos Diretores, desempenhar as funções que lhes forem atribuídas colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho de suas funções e supervisionar o Departamento Técnico. Artigo 12) A Diretoria fará reuniões sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos diretores em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente ou seu substituto. As reuniões serão realizadas sempre que convocados os seus membros pelo Diretor-Presidente ou por no mínimo 2 (dois) diretores. A Diretoria deliberará por maioria de votos, cabendo ao Diretor-Presidente voto de qualidade, no caso de empate. **Parágraf**o Unico - Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer diretor, inclusive do Diretor-Presidente, a própria Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros. Em caso de vaga, a eleição do substituto se fará de acordo com o que dispõe o artigo 7º, deste estatuto Artigo 13) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da edade, sendo incompatível o exercício do cargo de diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse **Título V - Do Conselho Fiscal** - Artigo 14) O Conselho Fiscal, não permanente, compor-se-á, quando stalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - Das Assembleias Gerais - Artigo 15) As assembleias gerais ordinárias e extraordinárias serão pres por um presidente e um secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. Título VII - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados - Artigo 16) O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro. Artigo 17) Serão levantados balanço no dia 31 de dezembro de cada ano facultado à Diretoria determinar o levantamento de balanços semestrais ou em menores períodos nclusive mensais. Artigo 18) O lucro líquido, como definido no artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76 apurado em cada balanço terá, pela ordem, a seguinte destinação: I. constituição da Reserva Legal II. constituição das Reservas previstas nos artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, "ad referendum" da assembleia geral; III. pagamento de dividendos propostos pela Diretoria que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio declarados, de que tratam os parágrafos primeiro e segundo deste artigo, assegurem aos acionistas em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 1% (um por cento) do respectivo lucro íquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I. II e III do artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76. Parágrafo Primeiro - A Diretoria fica autorizada a declarar e paga dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de reservas de lucros existentes. **Parágrafo Segundo** - Poderá a Diretoria, ainda, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, cuia declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos. Parágrafo Terceiro - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do mínimo obrigatório do exercício (1%), de acordo com o inciso III do "caput" deste artigo. Artigo 19) O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela assembleia geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. **Parágrafo Único** - Na hipótese da proposta da Diretoris sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no artigo 17, inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Le nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações."; 6) considerando a aprovação de transformação do tipo societário da Sociedade tomada no item "2", ficam mantidos em seus cargos, os atuais administradores: *Diretor-Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli*, brasileiro, casado bancário, RG 16.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; *Diretores: Vinicius Panaro*, brasileiro casado, bancário, RG 32.506.870-7/SSP-SP, CPF 321.279.048/26; e *Ismael Ferraz*, brasileiro casado, corretor, nº 10.052187-6, RG 8.941.370-2/SSP-SP, CPF 006.404.048/80, todos com enderec profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. E por estar assim justa e contratada, a sócia-cotista, por seus representantes legais, assina por meio eletrônico, o presente instrumento particular, em 1 (uma) via, com 2 (duas) testemunhas, autorizando, desde já, o set arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, para os fins e efeitos de direito. Osasco SP, 30 de abril de 2025. Sócia-Cotista: Bradseg Participações S.A., representada por seus Diretores Vinicius Marinho da Cruz e José Roberto Borges Pacheco. Advogado: Antonio Campanha Junior, OAB-SP 156.233, RG 21.858.522-6/SSP-SP, CPF 167.477.158-45. Testemunhas: Miguel Santana Costa, RG 24.465.955-2/SSP-SP, CPF 135.104.988/79 e Angélica Cristina Tutunic, RG 29.239.773-2. SSP-SP, CPF 269.584.338/07. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP Certifico o registro sob os números 255.743/25-7 e 3530067060-4 em 24.7.2025. a) Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.